



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E DO ENSINO SUPERIOR
DIRECÇÃO-GERAL DO ENSINO SUPERIOR
INSTITUTO POLITÉCNICO DE TOMAR

ESCOLA SUPERIOR DE GESTÃO DE TOMAR

LICENCIATURA BI-ETÁPICA EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

DISCIPLINA DE **DIREITO DO TRABALHO**

Ano Lectivo 2006/2007

4º ano (1º semestre)

Carga horária: 2T

Regime: Semestral

DOCENTE: EQUIPARADO A PROF. COORDENADOR, HORÁCIO LOPES

A – PROGRAMA

I PARTE – GENERALIDADES

CAPÍTULO I – NOÇÕES INTRODUTÓRIAS

- 1 – Objecto da disciplina
- 2 – Conceito de função pública e razões da necessidade da sujeição da mesma a estatuto próprio
- 3 – Inaplicabilidade desse estatuto a todos os trabalhadores da Administração Pública
- 4- O universo dos trabalhadores da Administração Pública: sua restrição aos funcionários e agentes; referência aos demais trabalhadores da Administração Pública

CAPÍTULO II – RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- 1 – Formas de constituição do vínculo e natureza subordinada do mesmo
- 2 – Questão de saber se tal vínculo se configura como relação de emprego público ou de emprego privado
- 3 – Distinção entre relações de emprego público e de emprego privado; referência aos sistemas de carreira e de emprego

CAPÍTULO III – O EMPREGO PÚBLICO E A FIXAÇÃO DE QUADROS DE PESSOAL

- 1 – As necessidades dos serviços públicos e a constituição de quadros de pessoal
- 2 – Competência para a aprovação dos quadros

- 3 – Modalidades de quadros de pessoal: privativos, departamentais e interdepartamentais
- 4 – Estrutura dos quadros de pessoal: grupos, carreiras e categorias
- 4.1 – Carreira : noção e espécies – verticais, horizontais, mistas e de dotação global
- 4.2 – A carreira como arquétipo ou como designação de profissão
- 4.3 – Categorias : noção e diferenciação

II PARTE – CONSTITUIÇÃO DA RELAÇÃO DE EMPREGO COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

CAPÍTULO I – O RECRUTAMENTO E SELECÇÃO DE PESSOAL

- 1 – O acesso à função pública : em regra, por concurso
- 2 – O procedimento concursal: princípios fundamentais e tramitação
- 3 – A nomeação : modalidades e efeitos; sua publicitação e aceitação, e efeitos desta; o Visto do Tribunal de Contas

CAPÍTULO II – OS CONTRATOS DE PESSOAL

- 1 – O contrato administrativo de provimento
- 2 – O contrato de trabalho a termo certo
- 3 – O contrato individual de trabalho

CAPÍTULO III – PUBLICIDADE DOS ACTOS RELATIVOS À SITUAÇÃO DO PESSOAL AO SERVIÇO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- 1 – Actos sujeitos a publicação em Diário da República
- 2 – A publicação como requisito de eficácia

III PARTE – SUBSISTÊNCIA DA RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

CAPÍTULO I – O SISTEMA RETRIBUTIVO

- 1 – O direito ao lugar e ao exercício efectivo de funções
- 2 – A protecção constitucional da remuneração
- 3 – Caracteres gerais e natureza jurídica da remuneração dos funcionários e agentes administrativos
- 4 – As componentes do sistema retributivo
- 4.1 – A remuneração base; referência ao adicional à remuneração
- 4.2 – As prestações sociais/familiares
- 4.2.1 – O subsídio familiar a crianças e jovens
- 4.2.2 – O subsídio por frequência de estabelecimento de educação especial
- 4.2.3 – O subsídio mensal vitalício
- 4.2.4 – O subsídio por assistência a terceira pessoa
- 4.2.5 – O subsídio de funeral
- 4.2.6 – Titularidade, condições de atribuição e duração das prestações sociais/familiares
- 4.2.7 – A cumulabilidade das prestações sociais/familiares

- 4.2.8 – As prestações de acção social complementar
- 4.2.9 – O subsídio por morte
- 4.3 – O subsídio de refeição
- 4.4 – Os suplementos
 - 4.4.1 – O suplemento por trabalho extraordinário
 - 4.4.2 – O suplemento por trabalho nocturno
 - 4.4.3 – O suplemento por trabalho em dia de descanso semanal e feriado
 - 4.4.4 – O suplemento por disponibilidade permanente ou por outros regimes especiais de trabalho
 - 4.4.5 – O suplemento por trabalho prestado em condições de risco, penosidade ou insalubridade
 - 4.4.6 – Os suplementos por incentivo à fixação em zonas de periferia
 - 4.4.7 – O suplemento pela prestação de trabalho em regime de turnos
 - 4.4.8 – O suplemento pela participação em reuniões, comissões ou grupos de trabalho
 - 4.4.9 – Os suplementos por compensação de despesas efectuadas por motivo de serviço
 - 4.4.9.1 – As ajudas de custo em território nacional
 - 4.4.9.2 – As ajudas de custo no estrangeiro
 - 4.4.9.3 – Os suplementos de transporte
 - 4.4.9.4 – As despesas de representação
 - 4.4.9.5 – As despesas por transferência para localidade diversa
- 4.5 – As remunerações extraordinárias
 - 4.5.1 – O subsídio de férias
 - 4.5.2 – O subsídio de Natal
- 5 – Os limites remuneratórios
- 6 – Os descontos: obrigatórios e facultativos
 - 6.1 – O imposto sobre o rendimento das pessoas singulares
 - 6.2 – As quotas para aposentação e sobrevivência
 - 6.3 – A quota para a ADSE
 - 6.4 – O imposto de selo
- 7 – A reposição de vencimentos
- 8 – A restituição de vencimentos
- 9 – Estatuto remuneratório dos titulares dos cargos políticos e dos titulares de lugares em gabinetes ministeriais

CAPÍTULO II – SITUAÇÕES DE AUSÊNCIA DO SERVIÇO

- 1 – Férias
- 2 – Feriados
- 3 – Faltas
- 4 – Licenças

CAPÍTULO III – HORÁRIO DE TRABALHO

- 1 – Regime e modalidades
- 2 – Referência ao trabalho a meio tempo, em regime de tempo parcial e à semana de quatro dias

CAPÍTULO IV – A AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO

- 1 – Objecto e âmbito

- 2 – Princípios e objectivos
- 3 – Tramitação do procedimento
- 4 – Consequências

CAPÍTULO V – REGIME DISCIPLINAR

- 1 – A infracção disciplinar
- 2 – A competência para desencadear o procedimento e a competência para punir
- 3 – A tramitação do procedimento disciplinar
- 4 – Os processos de inquérito, de sindicância e de meras averiguações

CAPÍTULO VI – ACIDENTES EM SERVIÇO E DOENÇAS PROFISSIONAIS

- 1 – Acidente em serviço: qualificação e participação
- 2 – Doenças profissionais: qualificação e participação

CAPÍTULO VII – HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO

- 1 – Âmbito de aplicação
- 2 – Os representantes dos trabalhadores
- 3 – As comissões de segurança e saúde no trabalho
- 4 – A organização dos serviços de segurança e saúde no trabalho

CAPÍTULO VIII – DIREITOS DE EXERCÍCIO COLECTIVO

- 1 – Direito à greve
- 2 – Liberdade sindical
- 3 – Direitos de negociação colectiva e de participação
- 4 – Dimensão do exercício dos direitos colectivos pelos destinatários do artº 270º da CRP

IV PARTE – AS MODIFICAÇÕES DA RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- 1 – Âmbito de aplicação das modificações da relação jurídica
- 2 – A nomeação em substituição
- 3 – A comissão de serviço extraordinária
- 4 – A transferência
- 5 – A permuta
- 6 – A requisição e o destacamento
- 7 – Outras formas de modificação da relação jurídica de emprego
 - 7.1 – A progressão na categoria
 - 7.2 – A promoção na carreira
 - 7.3 – A reclassificação profissional
 - 7.4 – A acumulação de funções
 - 7.4.1 – A acumulação de funções públicas
 - 7.4.2 – A acumulação de funções privadas
 - 7.4.3 – A autorização para acumulação de funções

V PARTE – A EXTINÇÃO DA RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- 1 – Causas extintivas: sua taxatividade
 - 2 – Causas de extinção próprias dos funcionários e comuns aos agentes
 - 3 – Causas de extinção próprias dos agentes vinculados por contrato administrativo de provimento
-

B – REGIME DE AVALIAÇÃO

Média não inferior a **10 valores** nas duas frequências faculta a dispensa de exame ,, com a conseqüente aprovação.

No exame escrito:

- A classificação inferior a **7 valores** implica reprovação;
- A classificação compreendida entre **7 e 9 valores** implica a prestação de prova oral;
- A classificação de, pelo menos, **10 valores** faculta a dispensa da prova oral, com a conseqüente aprovação

No exame oral, a aprovação depende da obtenção de classificação não inferior a **10 valores**.

C – BIBLIOGRAFIA

ANA FERNANDA NEVES, “Relação Jurídica de Emprego Público”, Coimbra Editora

JOÃO ALFAIA, “Conceitos Fundamentais do Regime Jurídico do Funcionalismo Público”, Vol.s I e II, Almedina, Coimbra

PAULO VEIGA E MOURA, “Função Pública – Regime Jurídico, Direitos e Deveres dos Funcionários e Agentes”, 1º Vol, 2ª Edição, Coimbra Editora

PAULO VEIGA E MOURA, “ A Privatização da Função Pública”, Coimbra Editora

